

A CULTURA COMO DIREITO DOS POVOS INDÍGENAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE JEQUIÉ/BA

Nicolle Silva Santos¹; Daniele Souza Dantas² Dailza Araújo Lopes³,

¹Graduanda em Pedagogia Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Grupo de Pesquisa Pedagogias, Racialidades, Etnicidades, Educação e Gênero – GEPREEG, 202210097@uesb.edu.br

²Graduanda em Pedagogia Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), 202210794@uesb.edu.br

³Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Grupo de Pesquisa Pedagogias, Racialidades, Etnicidades, Educação e Gênero – GEPREEG, dailza.lopes@uesb.edu.br

Introdução

O presente texto é um relato de experiência de atividades desenvolvidas durante o estágio supervisionado em uma escola municipal de Jequié/Ba. O Estágio como componente obrigatório do curso de Licenciatura em Pedagogia na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, UESB Campus Jequié, proporciona vários momentos de aprendizagem, que podem servir de práxis formativa para quanto estivermos atuando como docente. O trabalho com a temática indígena foi uma proposta pela disciplina de Educação e Relações étnico-raciais: cultura indígena, ofertada no sétimo semestre, e teve como discussão principal a cultura como direito, pois a Secretária Municipal de Educação estabelece uma temática central para nortear o planejamento pedagógico, e no ano de 2025 o tema foi “Criança como sujeito de direito”, assim seguimos com a abordagem da temática indígena, como forma de trazer para as crianças a importância da contribuição dos povos originários na formação do Brasil.

Assim, esta investigação se justifica pela necessidade de resgatar a contribuição indígena para nosso cotidiano, e para a cidade de Jequié, que tem origem indígena. Desta forma, proporciona às crianças novos conhecimentos, a partir de uma história contada sob outro olhar que não do colonizador, pois não há como falar de direitos sem não falar da cultura indígena, e de como o racismo afetou esse grupo étnico. A educação antirracista, é uma ferramenta eficaz para construir uma socialmente com mais equidade, e respeito à diversidade cultural, e precisa começar da base, ou seja, da educação básica.

A escolha desse tema foi motivada pela vivência durante o período de estágio supervisionado, e por perceber o quanto a temática indígena precisa ser algo cotidiano nas escolas de educação infantil. Para além de ampliar a implementação da lei 11.645/2008, vai colaborar para que os preconceitos, estereótipos e racismo contra os povos indígenas sejam desconstruídos. O local do estágio foi uma escola municipal localizada em Jequié, Bahia. Numa turma de 1º ano, e o trabalho com as temáticas indígenas foi orientado pela disciplina citada, em uma proposta de trabalho integrado no sétimo semestre do curso de Pedagogia.

Metodologia

Este resumo expandido utiliza uma abordagem qualitativa, e caracteriza-se como um relato de experiência vivenciado durante o estágio supervisionado foi realizado no período de

20 de outubro a 4 de novembro, nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A turma foco da vivência foi a do 1º ano, composta por 22 alunos. Durante as semanas do Estágio supervisionado, as atividades foram desenvolvidas com base no projeto proposto pela Secretaria Municipal de Educação, intitulado Direitos das Crianças, que já encaminhou um plano de ensino, o qual que previa uma sequência didática sobre o aniversário da cidade, comemorado em 25 de outubro.

Utilizamos o estágio para pesquisar como se dava o conhecimento das crianças acerca dos direitos dos povos indígenas e quais eram os conhecimentos prévios sobre a cultura indígena, já que nossa cidade teve forte influência indígena em seu desenvolvimento. Para Pimenta e Lima (2012):

A pesquisa no estágio como método de formação dos estagiários futuros professores, se traduz, de um lado, pela mobilização de pesquisas que permitam a ampliação e análise dos contextos onde os estágios se realizam. Mas também e, em especial, na possibilidade de os estagiários desenvolverem postura e habilidades de pesquisador a partir das situações de estágio, elaborando projetos que lhes permitam ao mesmo tempo compreender e problematizar as situações que observa. (Pimenta e Lima, 2012, p.143).

O estágio é um momento em que se pode explorar a pesquisa de forma mais ampla, pois durante esse período é possível observar, entrevistar e realizar práticas de investigação. Além das questões de alfabetização, que são o foco do estágio, também conseguimos utilizar esse espaço para trabalhar com as crianças a cultura e os conhecimentos indígenas. Assim, destaca-se a importância do estágio supervisionado como campo de pesquisa.

Resultados e discussão

A implementação da Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que torna obrigatório o ensino da temática da história e cultura afro-brasileira e indígena, representa um avanço significativo. Isso porque a cultura indígena e afro-brasileira é indispensável para refletirmos sobre a nossa identidade e a construção cultural da sociedade brasileira.

Além disso, essa lei é de suma importância, pois promove o sentimento de pertencimento entre os estudantes, que muitas vezes, em seu cotidiano escolar, estudam diversas temáticas desvinculadas de sua realidade e identidade.

A legislação também estabelece que o conteúdo programático referente ao ensino da cultura indígena e afro-brasileira deve ser ministrado em todos os âmbitos do currículo escolar. Dessa forma, reforça-se que essa é uma responsabilidade de todos os professores, e não apenas de uma determinada disciplina.

Nos anos iniciais, desenvolver estudos sobre a cultura indígena com as crianças pode ser ainda mais amplo, pois é possível utilizar diferentes áreas do conhecimento, como a linguagem, as artes, a matemática e a ampliação do repertório literário das crianças. Para Edson Kayapó (2023):

Trata-se de uma temática necessária e urgente, da qual não podemos e não devemos nos esquivar tarefa a ser realizada é a construção de um olhar renovado e propositivo sobre a temática indígena na escola, combatendo os laços da colonialidade que



apresentam uma versão da história que quer ser a única voz autorizada, escamoteando outras histórias silenciadas. (Kayapó, 2023, p.17) .

Isso nos leva a compreender que essa temática deve ser explorada em diferentes componentes curriculares e a partir de múltiplas perspectivas, o que pode contribuir ainda mais para que os alunos compreendam a presença indígena na formação da sociedade brasileira e valorizem essa herança cultural. No início do estágio, foram realizadas rodas de conversa com o intuito de explorar o tema dos direitos das crianças, enfatizando as especificidades dos direitos das crianças indígenas. As discussões revelaram o interesse e o conhecimento prévio dos alunos, que mencionaram direitos como o direito à moradia, à alimentação, ao brincar e à convivência familiar, entre outros. Esse momento foi fundamental para despertar a reflexão e a valorização da diversidade cultural entre as crianças. Dialogar com as crianças sobre diversidade cultural foi proposital, para que elas percebessem a existência de outras culturas além daquelas com as quais estão acostumadas a vivenciar, Barros (2008, p. 18) afirma que:

Isso significa reconhecer que a Diversidade Cultural é diversa, ou seja, não se constitui como um mosaico harmônico, mas um conjunto de opostos, divergentes e contraditórios. A Diversidade Cultural é cultural e não natural, ou seja, resulta das trocas entre sujeitos, grupos sociais e instituições a partir de suas diferenças, mas também de suas desigualdades, tensões e conflitos. (Barros 2008, p.18).

Apresentar a cultura indígena também é fundamental para que elas desmistifiquem ideias equivocadas e falsas percepções criadas ao longo dos anos pela sociedade sobre o que é ser indígena e suas particularidades. Dessa maneira, também representa uma quebra com práticas educacionais excludentes, que deixam de problematizar e de apresentar às crianças a riqueza da cultura indígena, contemplando seus saberes, sua trajetória histórica e suas formas de expressão. Além disso, possibilita que elas compreendam que os povos originários possuem identidade, ancestralidade e pertencimento étnico próprios.

No segundo dia de atividades, o trabalho concentrou-se na palavra “Jequié”, abordando tanto sua escrita na disciplina de Língua Portuguesa quanto sua origem histórica. Nós questionamos a turma sobre a origem da palavra e o povo a que pertencia. Uma estudante respondeu prontamente que se tratava de uma palavra de origem indígena, demonstrando curiosidade e atenção ao tema. A partir dessa resposta, foi explicado o significado etimológico da palavra Jequié e ressaltada a influência indígena na formação histórica e cultural da cidade.

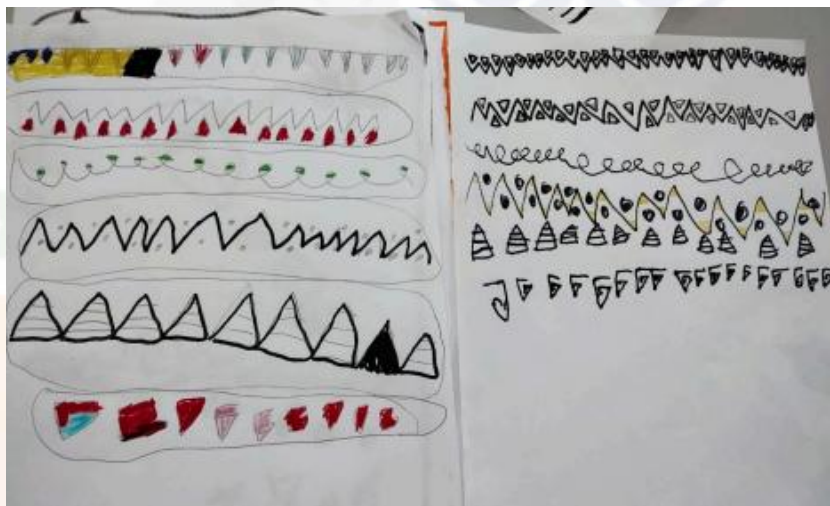
Em seguida, foram apresentados os nomes de cidades vizinhas, como Maracás, Jitaúna, Jaguaquara e Ipiaú, identificando-se as etnias indígenas Tupi, Tupinambás e Macro-Jê associada à origem de cada nome. Durante a conversa, as crianças relataram já ter visitado algumas dessas localidades, o que possibilitou relacionar o conteúdo à vivência dos alunos e reforçar a importância dos povos originários na construção cultural da região.

No quarto dia do estágio, foi exibido um documentário sobre a cidade de Jequié, complementado por um vídeo sobre os povos indígenas da região. A atividade foi acompanhada de um momento lúdico com pipoca, alimento de origem indígena, o que serviu como ponto de partida para discutir a presença da cultura indígena no cotidiano das crianças.

Na segunda semana de estágio, as atividades foram voltadas ao estudo dos grafismos indígenas. Ao apresentar os grafismos indígenas aos estudantes, ficou evidente que eles podem ser trabalhados em sala de aula de forma interdisciplinar, pois possuem diversas representações e significados. Dessa forma, podem ser integrados a diferentes disciplinas, como Matemática, português, história e arte como está previsto na lei Nº 11.645, que as temáticas indígenas devem ministradas em todo o currículo escolar.

Nós explicamos que esses desenhos constituem uma forma de linguagem simbólica utilizada pelos povos indígenas, por meio da qual expressam festividades, períodos do tempo e significados culturais. Foram apresentados exemplos de grafismos e, em seguida, os alunos foram convidados a escolher e reproduzir um ou mais desenhos utilizando canetinhas coloridas. A atividade proporcionou o desenvolvimento da criatividade, da coordenação motora e do respeito às diferentes manifestações culturais, conforme imagem a seguir:

Imagem 1: grafismos indígenas feitos pelas crianças durante a atividade no Estágio



Fonte: arquivo pessoal, 2025.

Trabalhar a temática indígena nas escolas brasileiras deve ser um compromisso social, pois, para compreendermos o processo de desenvolvimento do país, é necessário compreender tudo o que se passou com os povos originários do Brasil. Além das violências, também deve ser ensinada aos estudantes a riqueza cultural, linguística e histórica dos povos indígenas. Edson Kayapó (2023, p.45) afirma que:

Portanto, a temática indígena não pode ser apenas um adendo, a ser lembrado no dia 19 de abril. Os debates devem permear o currículo escolar ao longo de todo o ano letivo, convergindo com os propósitos da educação das relações étnico-raciais, que antes de tudo é uma perspectiva posicionada contra todo tipo de racismo. (Kayapó, 2023, p.45).

Por isso é de extrema importância para a construção da consciência crítica dos estudantes, ao conhecerem a história do país por outra ótica que não seja a colonizadora, além de compreenderem as lutas que os povos indígenas enfrentam dia após dia.

Considerações sobre a conclusão

A experiência de trabalhar a cultura indígena durante o estágio foi extremamente significativa, tanto para as crianças quanto para nós enquanto estagiárias. Foi possível perceber como o tema despertou curiosidade, respeito e reconhecimento entre eles, principalmente quando descobriram que nomes de cidades próximas, alimentos do cotidiano e até parte da história local têm origem indígena. Esse contato direto com elementos reais do seu dia a dia tornou o aprendizado mais vivo e contribuiu para a valorização da diversidade cultural. Além disso, trabalhar essa temática permitiu ampliar a compreensão dos estudantes sobre a importância dos povos originários na formação da identidade regional e nacional, fortalecendo atitudes de respeito, empatia e pertencimento.

Percebemos que algumas crianças traziam ideias bem simplificadas sobre os povos indígenas, e isso nos levou a mediar várias conversas com cuidado, explicando que eles não fazem parte apenas do passado e que existem diferentes modos de viver, todos são muito importantes. Em alguns momentos, sentimos a responsabilidade de apresentar esse conteúdo de uma forma verdadeira e respeitosa, mas ao mesmo tempo acessível para a idade deles. Isso exigiu de nós mais delicadeza e atenção ao explicar cada detalhe. Olhando agora, podemos ver que essas pequenas dificuldades foram essenciais para nosso amadurecimento, porque nos fizeram pensar mais sobre como abordar temas culturais com sensibilidade dentro da sala de aula.

Referências

BARROS, José Márcio (org.). **Diversidade cultural: da proteção à promoção**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 nov. 2012, Seção 1, p. 23.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm

Edson Kayapó. Lei 11.645/08 e a educação indígena. In: **Coleção Pedagógica do Programa Asé-Toré: formação em educação sobre africanidades, povos negros e povos indígenas**. v. 2. Brasília: Programa Asé-Toré, 2023.p.3-50.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2014.

MUNANGA, Kabengele. **Educação e Relações Étnico-Raciais: Para uma pedagogia antirracista**. São Paulo: Editora Summus, 2005. p. 30 –31.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e docência: teoria e prática: diferentes concepções. In: BRABO, T. S. A. M.; CORDEIRO, A. P.; MILANEZ, S. G. C. (org.).

Formação da pedagoga e do pedagogo: pressupostos e perspectivas. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 133-152.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.



REALIZAÇÃO:



UECE



AINPGP